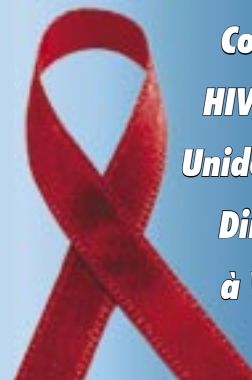


DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Revista Mensal de Especialidade



Contra
HIV/SIDA
Unidos pelo
Direito
à Vida

DIRECTORA: Maria Alice Mabota ■ SETEMBRO/2011 ■ EDITOR: Fernão Pengapenga ■ EDIÇÃO n.º 153



Mais de 8000 refugiados em condições desumanas no país

- CONSTATA MISSÃO DA LDH NO TERRENO

PGR E CASO
MOMAD BACHIR

Relatório com muitas zonas nebulosas



DISTRIBUIÇÃO
GRATUITADEMOCRACIA
E
DIREITOS HUMANOS

Revista Mensal de Especialidade

ANÁLISES, COMENTÁRIOS,
REFLEXÃO E ACTUALIDADE

LEIA, DIVULGUE E COLABORE!

FICHA TÉCNICA

Directora:

Maria Alice Mabota

Editor:

Fernão Pengapenga

Assessoria:

Sousa Shelle

Redactor:

Zacarias Tonela

Redacção:

Fernão Pengapenga, Zacarias Tonela, Rick
Mabote e Otilio Marrengula

Colaboração:

Dra. Maria Alice Mabota,
Dra. Augusta Eduardo

Fotografia:

Imagem Editorial e Leopoldino Amores

Maquete e paginação:

Henrique Machava

Revisão:

Leonel S. Magaia

Distribuição e Promoção:

Issufo Ismael

Tiragem: 1500 Exemplares

Propriedade:

Liga Moçambicana dos
Direitos Humanos

Edição:

Gabinete de Educação Cívica
e InformaçãoConcepção e Produção:
Imagem Editorial

Registo N 015/GABINFO-DE/96

Redacção:

Av. Marien Ngouabi, 1618 R/C

Telef: 21 408223 - Fax: 21 406022

E-mail: ligadh@tvcabo.co.mz

MAPUTO

DIGA NÃO

O TRÁFICO DE PARTES DO CORPO HUMANO É UMA REALIDADE

AO TRÁFICO DE PARTES DO CORPO HUMANO

SABIA QUE:

- Este tipo de tráfico ainda não tem lei que pune?
- Os traficantes procuram mais os órgãos genitais (sexo)?

“Lula tirou-me os olhos. Ele outro tirou-me as “ligas genitais”

“Tive vontade de a bater. Um segundo me a queria cortar-me!”

- Regista-se em Moçambique cerca de três casos por mês?
- Geralmente são usados em práticas tradicionais ligadas à feitiçaria?
- Normalmente os traficantes aliciam com promessas de trabalho aligeus?
- Não há preferência concreta: homem/mulher ou criança/adulto?

“Quando me começaram a cortar eu chorava e quando acabou eu já não sou homem e tenho os meus genitais numa embalagem de plástico”

Logo: LIGA MOÇAMBICANA DOS DIREITOS HUMANOS

Logos: diakonia, H&S, Oxfam Novib

Liberté • Égalité • Fraternité
RÉPUBLIQUE FRANÇAISECom o patrocínio
da Embaixada da França



Por: Fernão Pengapenga

E-mail: f_pengapenga@yahoo.com.br

NUM CENÁRIO DE CORRUPÇÃO, BAJULAÇÃO, DESCONTENTAMENTO...

Guebuza: sucessão complicada!

Há um debate necessário, interessante e pertinente que está em curso na imprensa e nos corredores da sociedade política, da sociedade civil e da opinião pública no geral. Armando Emílio Guebuza vai a meio do segundo mandato como Presidente da República e por força da constituição em vigor, ele não se deve candidatar para o terceiro mandato. Então, quem o vai suceder?

Já que o próprio debate é orientado no pressuposto de que o próximo Presidente da República virá, igualmente, da Frelimo, convenhamos que esta abordagem seja nessa linha. Assim, pensarmos: - quem será o próximo candidato presidencial da Frelimo nas eleições de 2013? Não que nos falte fé na possibilidade de um candidato de um outro partido ou da iniciativa independente venha ganhar as eleições. Mas estamos a trabalhar com a corrente da nossa curta história democrática para conferir razoabilidade ao debate.

Há alguns nomes que têm sido avançados como sendo elegíveis dentro do atelier frelimista, mas sempre com dúvidas de que possam reunir consensos. Se é verdade que discutir nomes interessa, é também verdade que interessa trazer para o debate alguns aspectos ligados ao cenário em que se espera a sucessão de Chembene de Murrupula. É que hoje por hoje,

a Frelimo tem alas evidentes e outras escondidas por conta de bajulação política ao regime.

Há uma grande linha de separação antagónica entre antigos combatentes e os não antigos combatentes, mas com peso nos corredores de concertação. E entre os antigos combatentes há uma linha que separa os comuns dos não comuns. Aqui se inclui os antigos governantes colegas de Machel, alguns dos quais, hoje, na periferia da história, deixam escapar o seu desalinamento com a actual liderança. Equanto que aos comuns apenas lhes resta o sonho de uma pátria livre. Era uma vez homens de epopeia pela pátria amada!

Existem os frelimistas de 8 de Março, Aires Aly incluso, que também não estão de mãos dadas. Uns estão na agenda do chefe e com os nomes sublinhados positivamente e outros, a maioria, com as mãos no queixo na passagem do Aly Baba e os 40 ladrões sem sequer lhes acenar uma mão amiga. Quem sucederá Guebuza, neste cenário de fissuras no tecto do partido?

A Frelimo sobrevive agora de concertações políticas, razão pela qual ninguém deixa passar para cá fora o que lá dentro eventualmente se dis-

(Cont. na pag.4)

Destaques

"A Frelimo está a aniquilar a democracia"



(Páginas 6/7)

REVISÃO DO PACOTE
LEGISLATIVO ELEITORAL

Guerra titânica dos partidos pelo controlo da CNE



(Página 5)

LEONARDO SIMÃO
E O "WEAKGUEBUZA"

Um ex-MNE em desgraça



(Página 10)

Guebuza: sucessão complicada!

(Cont. da pag.3)

cute. Parece que ninguém quer ser futuro presidente; quase todos desmentem infantilmente qualquer possibilidade de suceder Armando Guebuza.

Nesta governação de um mandato e meio, o actual presidente fortaleceu seus negócios e iniciou outros tantos sempre com a sua família directa envolvida, tornando mais alargado o seu império de riqueza sem precedentes. De certo, a condição de presidente valeu em grande para o efeito. Sim, porque não se conhece qualquer histórico empresarial, profissional e/ou académico de nenhum dos seus filhos para hoje e num virar da esquina estarem diante de grandes negócios.

Se de facto, ser presidente fez de Guebuza e sua família imperadores empresariais não restam dúvidas que por detrás arrastam-se pendentes questionáveis que só o poder político consegue esconder ou camuflar. Então, temendo o risco de o império ruir como é que Guebuza pode estar fora do poder? Sabemos que muitos presidentes em África perpetuam o poder para proteger a fortuna, muitas vezes, conseguida por vias duvidosas e/ou ilícitas.

Tudo isto, torna de facto a sucessão de Armando Guebuza uma incógnita. Alguns partidos políticos já vieram a público manifestar a sua posição em relação à revisão da Constituição e a Frelimo diz que o fará em momento oportuno. Qual é esse momento? Não terá tudo isto a ver com a sucessão do Presidente e o novo figurino do futuro Primeiro-Ministro? Estamos em crer que sim!

IPAJ E GANHOS NO ACESSO À JUSTIÇA PELOS POBRES

Pedro Nhatitima passou por cima da corrupção entre os técnicos jurídicos

■ Por: Rick Mabote

O director-geral do Instituto de Patrocínio Jurídico e Judiciário (IPAJ) de Moçambique, Pedro Nhatitima, informou em tom triunfante que a instituição tem conhecido ganhos nos últimos anos, ao nível da cobertura do território nacional em patrocínio jurídico.

Na Reunião Nacional do Instituto de Patrocínio Jurídico e Judiciário (IPAJ), Pedro Nhatitima disse que 53.184 pessoas sem posses receberam assistência jurídica dos técnicos do IPAJ em 2010, o que corresponde a um aumento de 32,97 por cento, em comparação com 2009, ano em que tiveram ajuda 39.998 pessoas.

“Estes ganhos são frutos do apoio multiforme que o IPAJ tem vindo a receber por parte das demais autoridades locais de nível político, administrativo e judiciário e, ainda, da atenção especial que tem merecido da clarividente liderança das províncias”, afirmou, vangloriando-se, o director-geral do IPAJ.

Foi de facto, um auto-elogio, talvez merecido, mas extremamente tendencioso, considerando a conjuntura que

o IPAJ atravessa, caracterizado por práticas desabonatórias para uma instituição com vocação para a assistência jurídica aos mais pobres.

FALTOU A CRÍTICA INTERNA

Preferindo manter a aura ganhadora do discurso, Pedro Nhatitima falhou ao não fazer uma crítica para dentro sobre relatos de más práticas que têm sido protagonizadas pelos seus funcionários.

A radiografia que o director do IPAJ fez sobre a instituição teria sido mais honesta, caso se pronunciasse sobre os desvios que vão assinalando a actualização dos técnicos por si dirigidos.

Efectivamente, têm sido reportados diversos casos de técnicos jurídicos do IPAJ, que exigem honorários aos cidadãos desfavorecidos que calha terem que defender.

Sendo os técnicos jurídicos do IPAJ funcionários do Estado, obrigados a prestar patrocínio jurídico mediante pagamento de salário e demais prestações a si devidas na qualidade de funcionários públicos, a exigência de honorários é manifestamente um acto de corrupção.

As cobranças dos técnicos jurídicos do IPAJ pelo patrocínio jurídico e judiciário que prestam aos carenciados desvirtuam flagrantemente a vocação desta entidade do Estado.

Mais grave ainda essa distorção atropela grandemente o direito constitucional de acesso à justiça a todos os cidadãos, independente do seu estatuto social e económico.

Caso Pedro Nhatitima tivesse feito o mea culpa, reconhecendo a ocorrência de práticas prejudiciais ao desiderato de garantia do acesso à justiça aos pobres, o director-geral do IPAJ teria andando meio caminho para a denúncia e purificação de fileiras no interior da instituição. Faltou essa coragem.



Pedro Nhatitima

REVISÃO DO PACOTE LEGISLATIVO ELEITORAL

Guerra titânica dos partidos pelo controlo da CNE

Pelos relatos que têm sido feitos do actual processo de revisão da legislação eleitoral divisa-se uma guerra sem quartel entre a três bancadas da Assembleia da República de Moçambique pelo triunfo de uma proposta que lhes garanta a preponderância nos dois principais órgãos eleitorais, nomeadamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE)

■ Por: Rick Mabote

Com efeito, a FRELIMO, bancada da maioria, RENAMO, o principal partido da oposição, e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), bancada minoritária, divergem sobre a composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE), no âmbito da revisão da legislação eleitoral em curso no país.

Os três partidos não se entendem em relação à composição e modo de designação dos membros da CNE, disse Alfredo Gamito, presidente da Comissão de Administração Pública, Poder Local e Comunicação Social.

“As propostas até agora apresentadas em relação à CNE são as de maior polémica e divergências, na composição e forma de designação dos membros do órgão”, afirmou Alfredo Gamito.

Segundo o presidente da comissão responsável pela elaboração de um novo projecto de revisão do pacote eleitoral moçambicano, uma das propostas defende o aumento dos actuais 13 para 21 o número de membros da CNE, outra preconiza a redução para cinco e uma terceira defende a manutenção da actual composição.

“Teremos que encontrar um meio-termo, porque já se tinha conseguido um avanço com a fixação do actual número de 13, dos anteriores 21. O meio termo será conseguido com a combinação da recomendação geral que defende uma CNE com uma di-

missão menor, menos partidarizada e mais profissional”, sublinhou Alfredo Gamito.

PESO DOS PARTIDOS E DA SOCIEDADE CIVIL

Sobre o mesmo órgão, adiantou o presidente da comissão responsável pela elaboração da lei eleitoral moçambicana, as três bancadas divergem também quanto ao peso dos partidos políticos e da sociedade civil na composição da CNE.

“Há uma ideia que aponta para a retomada do modelo antigo, em que a CNE tinha um maior peso partidário, abandonando o actual, em que o órgão tem mais membros da sociedade

civil, incluindo o seu presidente”, frisou Alfredo Gamito.

As três bancadas do parlamento moçambicano chegaram a consenso em relação à realização na primeira quinzena de 2014 das eleições legislativas e presidenciais, sobre o princípio da coincidência, “sempre que possível”, entre os locais do recenseamento eleitoral e das assembleias de voto.

“Tudo está bem encaminhado para que na primeira sessão ordinária do parlamento, entre Maio e Junho de 2012, a nova legislação eleitoral seja aprovada pelo plenário da Assembleia da República, quando faltarem dois anos e alguns meses para as eleições gerais”, enfatizou Alfredo Gamito.



**LEIA E DIVULGUE A REVISTA
DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS**

DAVIZ SIMANGO FALA DO ESTÁGIO DO ESTADO DE DIREITO À

“A Frelimo está a aniquilar a d

O presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Daviz Simango, disse à nossa revista que embora a Constituição moçambicana consagre o carácter soberano de Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, organização partidária e no respeito pelas liberdades fundamentais, a Frelimo continua a pautar pelo autoritarismo, impedindo que os moçambicanos desfrutem dos seus direitos fundamentais constitucionalmente consagrados. Nas linhas abaixo segue a entrevista que Daviz Simango concedeu à nossa revista. Na mesma traça o actual estágio político partidário, dos direitos fundamentais, bem como da situação do país.

■ Por: Otilio Marrengula

Passam três anos após o surgimento do movimento que ficou conhecido por “Revolução de Agosto”, um grupo que reconduziu Daviz Simango à presidência do município da Beira e que meses depois culminou com a criação do MDM. O que se pode falar destes três anos?

A “Revolução 28 de Agosto” trouxe em Moçambique uma nova abordagem de consciência patriótica. Os jovens decidiram que as vontades populares são inalienáveis, daí que era preciso mostrar ao mundo que quando o povo quer faz. Ao celebrarmos o terceiro aniversário da nossa revolução dissemos de viva voz que a Beira mostrou ao mundo que a defesa de interesses populares é fundamental. O povo da Beira conseguiu mostrar aquilo que é a verdadeira democracia. A partir da “revolução de 28 de Agosto”, o povo da Beira moldou o seu próprio destino através da participação nas eleições e exprimiu, sem nenhuma manipulação, pacificamente a sua opinião.

O MDM foi criado em Abril de 2009 e em Outubro do mesmo ano entrou na corrida eleitoral onde mes-

mo impedida de concorrer em sete círculos eleitorais conseguiu eleger alguns deputados para o parlamento. Será que o MDM está a conseguir alcançar seus objectivos?

Claro que sim, estamos a conseguir. Veja que o primeiro grande anseio dos jovens foi evitar que a Beira caísse em mãos alheias e ali tivemos a capacidade de dar uma resposta positiva. Conseguimos mostrar que o que nós queremos ninguém nos tira. Demos oportunidade ao povo da Beira para definir que tipo de governo pretendia,

demus direito a este povo para moldar o seu próprio destino.

O MDM conseguiu quebrar a bipolarização na casa do povo, apesar de pouco tempo que tivemos para nos organizarmos. No início passamos por constrangimentos, nomeadamente a exclusão política que sofremos nas eleições gerais de 2009. Isso prejudicou o MDM, mas os corajosos jovens de 28 de Agosto não se deixaram levar. Com o pouco que lhes foi deixado, estes jovens conseguiram chegar à Assembleia da República.



NOSSA REVISTA

democracia”



Hoje o MDM é um partido respeitado porque conseguiu afirmar ao mundo que existimos em Moçambique como a terceira força política.

Agora a nossa meta é governar. Nunca nos passou pela cabeça a ideia de estarmos eternamente como oposição, pois queremos colocar os nossos dirigentes políticos a governar este país.

Que comentários o MDM faz a cerca das renúncias e que impacto poderão ter no jovem processo democrático moçambicano.

Isto é bastante lamentável, enquanto alguns partidos e organizações da sociedade civil trabalham no sentido de reduzir os níveis de abstenção que continuam muito altos, aparece um partido político arrogante a desmotivar as pessoas aos processos eleitorais. Com estes acontecimentos, as pessoas

estão a se questionar sobre a relevância e pertinência do seu voto e o meu receio é de concluírem que afinal de contas o seu voto nada vale.

O MDM defende que é preciso responsabilizar criminalmente as pessoas que renunciaram os seus mandatos. Porque, um cidadão que tomou a decisão de se candidatar, sabendo das suas obrigações e da duração do seu mandato, como é que aparece no meio do mandato a renunciar sob a suposição de que vai estudar? Será que tais estudos estão acima dos interesses nacionais? Estão acima dos gastos públicos e da vontade do eleitor? É preciso encontrar formas de responsabilizar estes compatriotas que metem cartas de renúncia para agradar os seus camaradas. É preciso que a democracia interna dos partidos funcione e que haja respeito pelo povo moçambicano.

Que avaliação faz da situação política no país?

A avaliação que faço é crítica, porque continuamos a assistir a uma grande arrogância por parte do partido no poder e ausência de diálogo. Digo ausência de diálogo porque todos os extractos sociais deste país devem ser parte integrante no desenho das políticas de desenvolvimento. Se um Conselho de Ministros é alargado devem ouvir-se os problemas do país e não do partido. Neste último conselho, por exemplo, o Chefe de Estado deveria convidar intelectuais, figuras de renome e organizações da sociedade civil que trabalham para este país.

Continuamos também a assistir à intensificação da partidarização do aparelho do Estado e os primeiros secretários do partido continuam a interferir na gestão do fundo de desenvolvimento local, os 7 milhões.

Continuamos a insistir que os mega-projectos sejam reavaliados, que as nossas riquezas beneficiem o povo. Queremos que as nossas riquezas sejam aproveitadas para projectar investimentos em benefício das futuras gerações.

Em qualquer canto do mundo os recursos humanos têm um papel fundamental no desenvolvimento de um país e tudo fazem para concentrar quadros competentes. Porém, em Moçambique a competência é medida pela cor partidária. Só é competente quem é da Frelimo. Logo vê-se que esse partido não está para os moçambicanos mas para alguns interesses obscuros e fora da agenda nacional.

MISSÃO DA LDH CONSTATA:

Violações de Direitos Humanos a refugiados e requerentes de asilo em Cabo Delgado e Nampula

- Só no primeiro semestre deste ano entraram pela fronteira do rio Rovuma mais de 8.000 cidadãos somalis e etíopes

Uma missão de campo da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos - LDH monitorou de 30 de Junho a 6 de Julho deste ano a situação em que vivem os refugiados e requerentes de asilo somalis e etíopes nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, tendo constatado graves violações de Direitos Humanos.

■ Por: ZACARIAS TONELA

Na base de denúncias e alegações desses abusos, a missão da Liga efectuou no terreno entrevistas directas com recurso à gravação dos depoimentos de refugiados e requerentes de asilo, funcionários estatais e membros das comunidades locais, tendo ainda efectuado visitas de monitoria aos locais de acolhimento, onde documentou por imagens fotográficas diversos actos de violações flagrantes de direitos humanos.

Desde a algum tempo para cá que Moçambique tem sido destino ou espaço de trânsito preferencial de cidadãos provenientes do corno de África e da região dos Grandes Lagos, bem como outros de origem asiática devido a fome, guerra e outras convulsões sociais que assolam esses países.

Só para dar um exemplo, citando fontes oficiais, de Janeiro a Junho de 2011 Moçambique recebeu através da fronteira norte com a República da Tanzânia, concretamente a partir do Rio Rovuma mais de 8.000 refugiados e requerentes de asilo provenientes da Somália e Etiópia, com impactos negativos imediatos na estrutura encarregue de fazer a sua gestão e enquadramento.

Com o objectivo de partilhar esta informação com o público e outros parceiros interessados, a Liga juntou na mesma mesa no passado dia 16 de Setembro último, membros do governo, parlamentares, membros do corpo diplomático, sociedade civil, da administração da justiça, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e outros, tendo em vista propor um quadro de iniciativas com



Direcção da LDH e o representante do Governo na apresentação dos resultados da monitoria

abordagem multiforme e multi-sectorial conducentes à reposição da legalidade e tratamento condigno destes seres humanos.

EXPATRIAÇÕES ILEGAIS

As expulsões e expatriações ilegais feitas pelas forças policiais emanam das hierarquias superiores da Polícia tanto em Nampula, como a nível do Comando Geral da PRM em Maputo tal como testemunharam residentes do local quando a equipa da LDH visitou os sítios de acomodação.

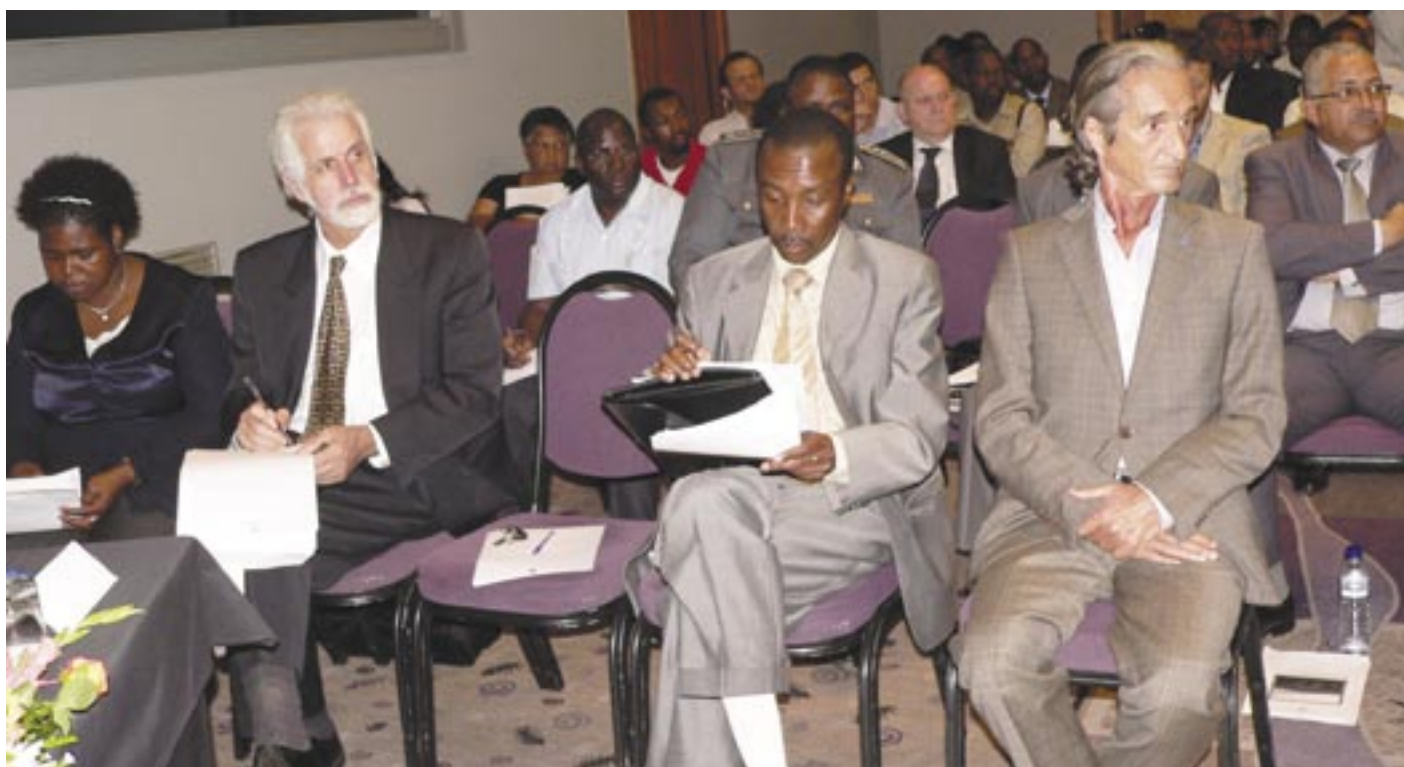
Para a expulsão dos refugiados e requerentes de asilo do território moçambicano as autoridades policiais obrigam os operadores fluviais do Porto fluvial de Nsingé para transportarem-nos até a uns bancos de areia na fronteira entre Moçambique e Tanzânia, sem custear as despesas atinentes ao combustível e muito menos ao fre-

te, sob pretexto de que estão a cumprir o seu dever de cidadania.

Vários são os relatos de lutas e brigas entre os operadores fluviais e os requerentes de asilo quando chegam aos bancos de areia no Rio Rovuma, para além de que há também relatos de mortes no mato provocadas por animais bravios como leões, hienas e elefantes pois à noite estes cidadãos deixam de andar na berma das estradas, pelo receio de serem interceptados e capturados pelas autoridades policiais.

MORTES

Mais de 40 pessoas perderam a vida este ano devido à fome que assolou o campo de refugiados de Marethane como consequência da ruptura do stock de víveres alimentares associada a avalanche de novos requerentes de asilo e refugiados com que



Convidados ao encontro, entre os quais o assessor da PGR, o segundo à esquerda, e o representante do ACNUR, o primeiro à direita

o centro se debateu no primeiro trimestre de 2011, onde no período de pico chegou a receber mais de 4.000 num só mês.

Para além das mortes ocasionadas pela fome registaram-se também mortes devido à desidratação e cansaço pelas longas distâncias que percorrem no mato sem se alimentarem convenientemente e sem repouso devido ao medo de serem expatriados uma vez nas mãos da Polícia.

As condições de habitabilidade não são das melhores na medida em que uma tenda concebida para quatro pes-

soas alberga oito. Vezes há que devido ao êxodo maciço dos refugiados uma mesma tenda alberga 300 pessoas como testemunhou no terreno a equipa de monitoria da LDH.

Associado a isso as pessoas dormem no chão em contacto directo com o solo por falta de colchões, para além da falta de serviços básicos de saúde, higiene e educação.

Relativamente à saúde o centro de saúde local só tem paracetamol quer o paciente tenha diarreia, malária ou qualquer outra doença. Há ainda falta de água.

REACÇÕES E DEBATE

Presente no encontro, o governo por via do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e pelo Ministério do Interior reagiu ao relatório da Liga, afirmando que pese embora reconheça os factos ali apresentados, alguns dos cidadãos que se fazem passar por refugiados e requerentes de asilo são na verdade criminosos foragidos dos seus países.

Vincando a sua posição, o Secretário Permanente do Ministério do Interior, Zefanias Muhate, disse que a Polícia jamais recuará na sua nobre tarefa de garantir a segurança das populações.

Segundo Muhate muitos destes elementos estão associados a redes criminosas, sonegando muitas vezes as informações que prestam às autoridades.

Avança ele que chegam a vagas de 300 a 400 pessoas por semana e não usam as vias oficiais.

Penetram pelas matas e mesmo quando acolhidos em Maretane fogem e são novamente apanhados noutras zonas, numa clara imigração ilegal, disse Muhate.

Já o representante do ACNUR, Carlos Zacagnigni, agradeceu a Liga pelo trabalho realizado mas explicou que este problema não é só de Moçambique, mas sobejamente antigo e de todo o mundo.



Outros participantes da cerimónia

LEONARDO SIMÃO E O “WEAKGUEBUZA”

Um ex-MNE em desgraça

Quem conhece a cultura retaliatória da FRELIMO, principalmente da sua actual direcção, tem pena do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Leonardo Simão, e não quereria estar na sua pele.

Emitiu um comunicado em que refuta nos termos mais veementes as afirmações que lhe são atribuídas pelo ex-encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos da América (EUA), Todd Chapman, no sítio da Internet da organização de informações confidenciais Weakleaks.

O PESO DA REJEICÇÃO

Apesar de Leonardo Simão ter rejeitado a autoria das declarações desabonatórias em relação ao actual chefe de Estado, Armando Guebuza, por sinal presidente do seu partido, FRELIMO, o que aconselha a ter ponderação em relação a essas declarações não é a recusa do ex-MNE, mas o melindre com que se faz a política, seja interna, de qualquer país, seja internacional.

O distanciamento de Leonardo Simão quanto à veracidade do conteúdo da conversa, em pleno jantar, com Todd Chapman, pode ter acolhimento na circunstância insofismável de que a mentira é uma arma fundamental da política. Aliás, não se concebe a política, muito menos a diplomacia sem a mentira.

Aliás, a história mais recente mostra que os norte-americanos são useiros e vezeiros na mentira, quando estão em jogo os seus interesses. Mentiram em relação ao Iraque, mas estava claro que mentiam e estava claro porquê mentiam: As colossais reservas de petróleo que o Iraque tem.

Parece que estão envolvidos numa outra mentira: o objectivo de salvar civis supostamente perseguida pela invasão militar da NATO, que mais parece uma corrida pelo altamente comercializável petróleo líbio, que rumava recto em direcção às mãos dos chineses.

PORQUÊ SIMÃO?

Sem se ter simpatia por Muammar Khaddafi, comparado ao que o regime sírio tem vindo a fazer ao seu povo, o “rei dos reis” de África não fez nada, mas cometeu o pecado de governar um território com abundância de petróleo. Civis também estão a morrer na Somália, quer às mãos de fanáticos e senhores de guerra, quer pela fome, agravada pelo conflito que se vive naquele país.

Mas no caso de Leonardo Simão, onde é que estiveram em causa os interesses norte-americanos, ao ponto de um funcionário sénior ir mentir ao seu Departamento de Estado, atribuindo ao MNE de um país estrangeiro afirmações falsas?

É porque afirmar que Todd Chapman terá mentido sem se vislumbrar o motivo pelo qual o terá feito coloca quem o desmente numa situação devedoras embaraçosa, porque das vezes que os EUA mentiram verificou-se que o faziam à procura de um pretexto para defender um forte interesse seu.

Ademais, uma mentira que persegue um sério interesse diplomático é engendrada com o objetivo de ser publicada, mas não é o caso das afirmações citadas no Weakleaks, posto que as mesmas são informações de “background” que o Governo norte-americano recolhe para fazer a sua própria leitura da situação de cada Estado.

Aliás, o que os diplomatas norte-americanos fizeram é o que todos os diplomatas fazem, aliás, espões de primeira linha que eles são. É só ver quem é o actual “boss” da secreta moçambicana, para perceber que os diplomatas estão ao serviço das agências secretas dos países que representam. Podia ser de outra maneira?

O próprio calvário que Leonardo Simão atravessou, desde a vergonha da Golden Roses, passando pelo insucesso das iniciativas empresariais em que se envolveu, dão crédito a um espírito profundamente desiludido com os novos senhores da situação e mais afoito a fazer desabafos inconvenientes.

Se Todd Chapman mentiu ou falou a verdade nos informes que deu ao seu Departamento do Estado sobre Leonardo Simão, não se saberá, mas que o ex-chefe da diplomacia moçambicana ficou em mau lençóis perante o implacável Armando Guebuza não parece haver dúvidas.



Leonardo Simão

PGR E CASO MOMAD BACHIR

Relatório com muitas zonas nebulosas

A posição já sobejamente divulgada da Procuradoria-Geral da República de Moçambique (PGR) sobre o estatuto de alegado barão de droga do conhecido empresário Momad Bachir Sulemane e a reação do governo norte-americano quanto a esse desfecho mantém o caso envolto em nuvens espessas.

■ Por: RICK MABOTE

Quando se toma o pulso à impressão com que a opinião pública moçambicana ficou do resultado das averiguações realizadas pela PGR moçambicana na sequência das graves acusações do Estado norte-americano a Momad Bachir sente-se que a instituição não cumpriu o seu dever até onde devia.

Com efeito, provoca enorme estranheza e desilusão o facto de a instituição dirigida por Augusto Paulino ser peremptória a assumir que não encontrou indícios de tráfico de drogas, mas admitir que há indícios de ilícitos aduaneiros fiscais que devem ser remetidos a fórum próprio para julgamento.

Admitindo que na actual fase podia não ser legalmente competente a PGR esmiuçar o tipo de indícios aduaneiros e fiscais imputados a Momad Bachir, uma vez estar-se ainda na fase de averiguações, onde se supõe que o processo reveste ainda carácter secreto, não teria sido prudente à PGR reservar qualquer pronunciamento para um período em que se pudesse manifestar em termos mais precisos sobre o conteúdo de tais ilícitos.

Esta diligência tem a ver com o facto de se presumir que em sede do processo de investigação dos indícios aduaneiros e fiscais referidos no comunicado do PGR que “iliba” Momad Bachir se poder apurar que tais ele-



Augusto Paulino, PGR

mentos podem ocultar precisamente os crimes que a PGR já disse que não existem contra o indiciado.

FUGA AO FISCO E TRÁFICO DE DROGAS

A investigação dos crimes de tráfico de estupefacientes demonstra que estes se desenvolvem à sombra dos ilícitos aduaneiros, fiscais e de branqueamento de capitais.

Nessa perspectiva, pode considerar-se precipitada a decisão de a PGR moçambicana concluir que não há indícios de que se está perante um barão de droga, ao mesmo tempo em que reconhece que existe ali indícios de ilícitos fiscais e aduaneiros.

Como ignora a PGR que os indícios de tráfico de droga não encontrados nas averiguações feitas até ao momento podem ser desvendados no procedimento sobre crimes aduaneiros e fiscais que ainda corre os seus trâmites, como reconhece a própria entidade, senão não os remetia a fórum apropriado?

Tem de se convir que afastar a existência do crime de tráfico de substâncias psicotrópicas enquanto se reconhece a necessidade de investigar e cavar mais a fundo indícios de ilícitos fiscais e alfandegários coloca a PGR numa posição de tremenda desconfiança perante a opinião pública moçambicana.

Mais valia permitir que os indí-

cios encontrados fossem investigados numa perspectiva de clarificar a existência de crimes relacionado do que rejeitar “ad initio” a possibilidade de os crimes fiscais e aduaneiros propalados poderem ir acompanhados de outro tipo de crimes.

ACTUAÇÃO ESTRANHA DOS EUA

Se é de mérito denunciar o modo atabalhoado como a PGR moçambicana tem agido neste caso, a integridade intelectual também manda não calar em relação ao modo atípico como o Estado norte-americano está a actuar.

Sem se absolver Momad Bashir, posto que isso é trabalho dos tribunais, não deixa de ser juridicamente arrepiante exigir que o acusado apresente provas da sua inocência, sem que os elementos que sustentam a acusação lhe tenham sido apresentados a ele.

Porque, confrontado com o imperativo moral e jurídico de ao acusado lhe serem dados os elementos da acusação, os EUA, através da sua Embaixada em Maputo, têm respondido que, para isso, o acusado deve apresentar provas da sua inocência. Ora, essa exigência parece uma verdadeira subversão ao princípio do ónus da prova e do direito à defesa, plasmado em tratados internacionais de que aquele país é parte e não tem nada que ver com o facto de o direito americano ser de uma família diferente do moçambicano.

O argumento de que o procedimento até agora seguido pelos EUA é meramente administrativo e não criminal e por isso não exigente de garantias e direitos típicos do último também não colhe, porque o direito à defesa é estruturante de todo o direito.

Num primeiro momento, perdoa-se o carácter sumário e precário do procedimento administrativo, mas sempre na expectativa de que os elementos de prova serão mais tarde os tentados. Até agora os EUA ainda não o fizeram.



Liberdade de expressão em Moçambique

■ Por: Dra. Maria Alice Mabota



É difícil falar de liberdade de expressão sem falar de imprensa. A dado ponto os dois conceitos parecem sinónimos, o que não é verdade. Por outro lado, chega-se a usar um conceito no lugar de outro, como se fossem sinónimos um do outro.

Falar de liberdade de expressão, implica que o cidadão consiga exprimir publicamente as suas ideias e opiniões sem quaisquer tipo de censura. Deste modo, a liberdade de expressão pode se manifestar através da imprensa, da ciência, e da arte. Neste último veículo pode se fragmentar em literatura, teatro, cinema, pintura, escultura, dança, música, etc. Na qual as ideias e opiniões dos cidadãos podem ser publicamente assumidas ou divulgadas.

A pesar da diferença entre os dois conceitos ora aludidos, temos

a referir que de algum modo eles se complementam.

A liberdade de imprensa sem a liberdade de expressão é vazia; e a liberdade de expressão sem a liberdade de imprensa é cega. Assim nos posicionamos se admitirmos que a maior parte de informação consumida pelos cidadãos e que de certa forma contribui para a opinião pública, e o *modus vivendi* dos mesmos, é veiculada pela imprensa.

Nesta comunicação, procuramos de algum modo relacionar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Este último conceito deve ser entendido como a liberdade que o cidadão tem de criar oficialmente algum órgão de informação como o jornal, a rádio, a televisão, etc. A liberdade de imprensa vai mais longe ao permitir ou admitir que o cidadão tenha o direito ao acesso às fontes de

informação que o permitam exercer condignamente a sua actividade ao nível da imprensa, bem como a protecção da independência e do sigilo profissional.

Conforme o aludido anteriormente podemos notar claramente a diferença entre os dois conceitos. Sendo assim dá para arriscar a afirmação segundo a qual a liberdade de imprensa em Moçambique tende a notabilizar-se nos últimos anos (apesar de alguns sobressaltos como podemos apresentar mais adiante) comparativamente à liberdade de expressão. O exemplo disso é o aumento das rádios comunitárias e privadas FM; o aumento dos jornais independentes, e a existência de televisões de carácter privado (Miramar, Independente, Maná, STV e outras), que se vêm juntar as tradicionais TVM e a RTP África.

(Continua na próxima edição)

PARCEIROS:



Embaixada da França



Embaixada da Dinamarca



diakonia



Embaixada da Noruega

